Ñanduty
ISSN:2317-8590

DE ENXERTOS E DE PODAS: AS CRÍTICAS INSURGENTES DOS FEMINISMOS E DAS TEORIAS QUEER

OF GRAFTS AND PRUNINGS: INSURGENT CRITIQUES OF FEMINISMS AND QUEER THEORIES

Luciana Moreira - Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
lucianamoreira@ces.uc.pt

RESUMO

Género e sexualidade têm estado sujeitos a vários dispositivos sociais de controlo que regem o sistema de sexo/género predominante na sociedade. Os estudos feministas, a teoria queer e as mobilizações sociais tem questionado esse sistema, denunciado a opressão de sexo e de género das sociedades num intuito de promover uma sociedade mais justa. Esses questionamentos têm sido conseguidos com base em muitas solidariedades, mas também muitas tensões entre movimentos sociais, estratégias de luta, ativistas e pensadoras dentro de distintos campos de estudo e de ação. Este artigo traça alguns desses diálogos e tensões entre os feminismos e as teorias e mobilizações queer, evidenciando as contaminações entre esses dois campos e o surgimento de novas possibilidades de resistência às normas dominantes.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismos; Género; Teoria Queer; Mobilização Social

ABSTRACT

Gender and sexuality have been subject to various social control devices that govern the sex/gender system that prevails in society. Feminist studies, queer theory and social mobilizations have questioned this system, denouncing the oppression of sex and gender in societies in order to promote a more just society.The questioning of the dominant order has been achieved based on many solidarities, but also many tensions between social movements, strategies of struggle, activists and thinkers within the field of feminisms and queer theory and mobilization. This article traces some of these dialogues and tensions, showing the extent to which these two fields influence each other, opening up new possibilities of resistance to the dominant norms.

KEYWORDS: Feminisms; Gender; Queer Theory; Social Mobilization

INTRODUÇÃO

A opressão e subjugação das expressões sexuais e de género alheias à norma heterossexual são parte de um sistema mais vasto de gestão humana com base na diferenciação sexual binária e na suposta complementaridade dos elementos homem /mulher. Essa gestão faz-se, no entanto, a partir de uma distinção de papéis no âmbito das relações sociais e numa relação de poder que está subjacente a essa diferenciação (RICH, 1980; RUBIN, 1996; WITTIG, 2006). Esse campo normativo baseado na diferenciação é

Ñanduty
ISSN:2317-8590

complementado por outros sistemas como o sistema de racialização ou os sistemas de classe, num dispositivo de distinções hierárquicas através do qual determinados corpos e/ou posições de sujeito experimentam um privilégio estrutural que lhes atribui uma posição de poder quer na esfera familiar, quer na esfera pública. Essas posições de poder e privilégio são de ordem variável e comportam as hierarquias do machismo e da heterossexualidade compulsória, mas as consequências dessa ordem nem sempre são previsíveis, tendo os aspetos de classe e, como veremos, de raça, entre outros, uma interferência direta no modo como funciona esse privilégio (LUGONES, 2008; SEGATO, 2002).

A esse sistema de opressão e privilégio masculinizado e heterossexualizado tem-se dado nomes como patriarcado ou sistema sexo/género, entre outros, e várias têm sido as tentativas de identificar as origens desse sistema, bem como analisar os seus mecanismos de modo a colocar fim à opressão da mulher e às outras múltiplas opressões que eram invisibilizadas quando se falava apenas desse tipo de opressão. Os movimentos feministas, e várias teóricas dentro deles, tiveram um papel fundamental de denúncia e de reivindicação de igualdade. No entanto, desde as suas origens, tem sido um movimento marcado por tensões, discussões em torno de estratégias de luta, mas também em torno dos limites e exclusões constitutivas desse sujeito "mulher" que servia discursos e reivindicações. As solidariedades entre movimentos e entre autoras foram sem dúvida imensas, contribuindo para o fortalecimento das reivindicações que se faziam, mas também as críticas levantadas têm um papel fundamental para alargar e/ou problematizar esse sujeito "mulher", o campo de ação e as estratégias de resistência e reivindicação.

Essas solidariedades e essas tensões são aquilo a que chamo aqui de enxertos e de podas nas teorias e mobilizações feministas e queer. Servem essas metáforas telúricas para falar das podas, ou cortes necessários a um campo de produção teórica no sentido de lhe favorecer o crescimento. Ora, muitas críticas levantadas aos feminismos desde as suas origens até aos dias de hoje, feitas portanto de forma periódica, mais não são do que cortes que pretendem a renovação e revigoração dos movimentos e dos seus objetivos. Já a enxertia é a união de tecidos de duas plantas que passam a formar uma só, servindo aqui para referir as

Ñanduty
ISSN:2317-8590

contaminações entre movimentos, muitas vezes fruto revigorado das críticas e tensões anteriores.

Importa referir por um lado, que o "enxerto" que me interessa aqui especificamente é o da constituição de um campo a que se viria a chamar de estudos queer, ou teorias queer, embora outras correntes de estudo sejam devedoras dos feminismos e constituam em si processos de enxertia em relação a eles e onde as contaminações são também visíveis. Por outro lado, cabe indicar que as duas primeiras partes deste artigo traçam mapeamentos que não pretendem ser exaustivos e que criam silenciamentos. Na polifonia de vozes que me acompanharam nesta reflexão, outros nomes poderiam estar presentes, a par (ou em vez) de alguns dos que proponho e as propostas que faço são influenciadas pelo meu percurso enquanto leitora e pelos meus interesses académicos.

A primeira secção do presente artigo centra-se num mapeamento de algumas críticas chave levantadas ao movimento feminista, no sentido de questionar o sujeito dessas reivindicações e evidenciar o carácter elitista, burguês, branco (ou mesmo racista e colonial), e heterossexual que caracterizou os inícios destas mobilizações por direitos. As críticas, ou podas, que se vão acumulando, levam a um desdobramento desse sujeito "mulher" em vários sujeitos diferentes, de características e contextos diversos que ampliam os feminismos e geram movimentos mais democráticos. Segue-se uma exploração das posições vindas do feminismo – e críticas do feminismo – que deram um passo em frente na observação da centralidade da heteronormatividade na opressão social baseada no sexo e no género, propondo a desvalorização e supressão das categorias como uma via para desestabilizar a opressão. Essas posições são apresentadas como uma fase embrionária do que viria a ser a teoria queer, que funcionou como uma enxertia nos feminismos e que se desenvolveu ancorada na rejeição da essencialização das identidades e num interesse nas sexualidades como ferramenta de análise da sociedade e dos modelos normativos, com o intuito de combatê-los. Por fim, em jeito de paralelismo com estratégias já tentadas e silenciadas no passado (feminista), e à luz do caráter emancipatório do cosmopolitismo insurgente, é apresentado um exemplo de aliança e solidariedade nas mobilizações sociais, dentro das ações

Ñanduty
ISSN:2317-8590

queer, e que propõe a conciliação de subalternidades, muitas vezes entendidas como antagónicas dentro do sistema hegemónico.

1. PODAS: FEMINISMO E CRÍTICAS FEMINISTAS

No seu livro *Las estructuras elementales de la violencia* (2003)[1], sobre a violência contra as mulheres, Rita Segato aponta que o sistema patriarcal é ao mesmo tempo uma norma instituída e um projeto de autorreprodução, através de uma série de mecanismos que garantem a sujeição das mulheres e pessoas que não encaixam na lógica da oposição complementar heterossexual homem/mulher. Entender o patriarcado e a sua atuação no campo simbólico implica uma "escuta" demorada das relações de poder a ele subjacentes, bem como das formulações discursivas e das representações que o veiculam (SEGATO, 2003: 14). Esta atribuição de diferentes valores, consoante o género, às figuras que se movimentam no xadrez social está intimamente ligada à correlação que existe entre o sistema sexo /género e a gestão das relações entre homem e mulher, que levam ao controlo da sexualidade, da reprodução, do parentesco. Esse controlo transpõe-se também para a esfera pública, onde as estratégias de controlo e dominação se mantêm.

Várias autoras, de diferentes movimentos feministas, têm tentado traçar a história da opressão das mulheres, muitas vezes a partir da diferença sexual, desenhando um sujeito único (a mulher ou as mulheres) e necessariamente equívoco. Apesar de se falar por vezes do feminismo de matriz ocidental como se de uma única corrente se tratasse, por oposição aos feminismos negros, africanos, decoloniais, asiáticos, etc., é certo que as tensões e até bifurcações entre vários posicionamentos feministas tem sido uma constante, também a Norte. Para dar apenas um exemplo, às sufragistas que partiam de necessidades mais burguesas, opôs-se o feminismo marxista (de Clara Zetkin ou Alexandra Kollontai, entre outras), que insistia no fim do capitalismo e da opressão de classe como parte constituinte da luta pelo fim da opressão de género, pelo que o direito a voto ou a propriedade não seriam uma solução em

[1] Neste texto uso maioritariamente textos nas línguas portuguesa ou espanhola, originais ou traduções, indicando os anos da primeira edição sempre que seja relevante, no próprio corpo do texto e nas referências bibliográficas entre parenteses retos. A não ser possível, uso algumas obras originais em inglês, e sou a responsável das traduções para o português.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

si (PÉREZ NAVARRO 2018: 17). De outra ordem é a provocação[2] de Simone Beauvoir (2009), em *O Segundo Sexo* [*Le deuxième sexe*], publicada originalmente em 1949, sobre a construção histórica e social do papel das mulheres como fonte fundamental da opressão sobre elas exercida e que abre caminhos de análise para o que anos mais tarde Butler identificará como performatividade do género (1990), chamando também a atenção para os riscos de transformar as "mulheres" num grupo a-histórico, de características comuns, reforçando as estratégias binárias das relações de género.

Mas voltando um pouco mais atrás, outra importante crítica ao feminismo é a das mulheres negras que leva a que o feminismo negro, inicialmente nos Estados Unidos, se desenvolva como uma linha de pensamento que observa de modo interconectado o sexismo, o racismo e a opressão de classe. Parafraseando e alargando a máxima de Beauvoir, a mulher torna-se não só mulher, mas também mulher branca, negra, oriental, burguesa, aristocrática, ou de classes baixas, etc. Esse sujeito supostamente único, "a mulher", foi sendo desdobrado. A intervenção e crítica de mulheres negras pode ser traçada desde os tempos da luta pelo abolicionismo e veio a conhecer uma enorme expansão no período dos *Civil rights movement* (movimentos pelos direitos civis, nos E.U.A.)[3], quando muitas mulheres negras não se sentiam representadas nem pelo movimento feminista dominante nem pela luta pelos direitos civis, que era liderada e perspetivada sobretudo por homens. De entre as várias vozes que se destacam dentro do feminismo negro estão as de Barbara Smith, Audre Lorde, Angela Davis, bell hooks ou Kimberlé Williams Crenshaw, entre muitas outras[4]. No seu livro *E eu não sou uma mulher?* [*Ain't I a Woman? Black Women and Feminism*] (2019) publicado nos Estado Unidos em 1981, Hooks reflete sobre os efeitos do racismo e do sexismo tanto no movimento feminista (maioritariamente branco) como no movimento pelos direitos civis (maioritariamente composto e liderado por homens negros). A autora denuncia ainda a sexualização do corpo da mulher negra, desde a escravidão, bem como o classismo e racismo do movimento feminista que tinha pouco em conta as necessidades das mulheres não brancas,

[2] "On nenait pas femme: on le devient" (eternizado no português como "Não se nasce mulher, torna-se mulher").
[3] Desde o início da segunda metade do século XX.
[4] Algumas delas destacar-se-ão também dentro do feminismo negro lésbico.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

proletárias e/ou de classes sociais desfavorecidas. Mas também Angela Davis se debruçará de modo ainda mais incisivo sobre a interseccionalidade[5] de género, raça e classe, no seu livro *Mulheres, Raça e Classe* [*Women, Race, & Class*] (2016), publicado nos Estados Unidos, também em 1981. Olhando igualmente para as lutas feministas ao longo da história, desde a luta pelo sufrágio, a autora analisa como argumentos racistas foram usados para argumentar a favor da superioridade da mulher branca e assim aceder ao direito de voto. Davis debruça-se sobre vários momentos da luta feminista que partilham um marcador comum: a presença contínua de racismo e classismo, que impediam que se alcançasse uma igualdade efetiva.

Mas estas não foram as únicas obras de 1981 que se tornaram fortes pilares da crítica feminista ao feminismo de cariz mais tradicional. Nesse mesmo ano foi editada também a coletânea *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color* (1984), editada por Cherríe Moraga e Gloria Anzaldúa. Trata-se de uma reunião de textos de mulheres americanas negras, indígenas, asiáticas e latinas que estavam organizadas separadamente, mas cujos ativismos e reflexões se retroalimentarão a partir desse momento. Na crítica que também levantam ao feminismo branco, as organizadoras (e contribuidoras) pretendem chamar a atenção para as diferentes experiências que dividem os feminismos e as feministas, insistindo na necessidade de representar outras realidades dentro do feminismo. A obra tornou-se uma referência fundamental no meio académico por trazer a necessidade de analisar a sociedade e as mulheres a partir da intersecção entre género, raça, classe mas também sexualidade. Trouxe também para os *lesbian and gay studies* uma importante contribuição no que à intersecção com a etnicidade diz respeito. Além disso, no prefácio, Cherríe Moraga (1984: xiv), ao definir-se como lésbica e persistindo na necessidade de ter em conta também a sexualidade, rejeita insistentemente o separatismo lésbico (que se havia criado dentro do movimento feminista branco), considerando-o uma utopia de mulheres burguesas que não viviam os problemas associados ao racismo e ao classismo.

Mas surge também a crítica feminista pós-colonial, que propõe novos caminhos que

[5] Interseccionalidade é um método que viria a ser proposto mais tarde, em 1989, por Kimberlé Crenshaw, estudiosa de género e raça, para reforçar a necessidade de estabelecer análises tendo em conta a indissociabilidade das categorias género e raça e classe.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

abandonem a hegemonia da análise ocidental para ter em conta as consequências do poder imperial europeu, alargando o contínuo processo de podas e enxertos. Esta corrente traz para o foco da atenção a experiência de mulheres negras ou mestiças não-ocidentais, cujas vivências e necessidades são necessariamente outras; o papel preponderante que o colonialismo e o capitalismo tiveram na expansão da ideologia patriarcal; ou ainda a existência de sociedades onde o gênero não era um princípio organizativo primordial, ao contrário do que acontecia na cultura europeia colonizadora. Rita Segato, María Lugones, Oyèrónké Oyewúmì, entre outras, denunciaram o facto de a organização hierárquica dos géneros estar correlacionada com o sistema ocidental moderno/colonial, que a impôs nos espaços que colonizava. Em relação ao poder colonial, María Lugones, partindo da conceptualização de Aníbal Quijano sobre a "colonialidade do poder" (1992) vai mais longe e denuncia a *colonialidade do género* (2008; 2014), ao argumentar que o sistema colonial de género imposto pelo colonialismo silencia as perceções prévias tanto do género (do que é ser homem ou mulher, ou outras realidades para além dessas categorias) como da própria experiência da sexualidade. A autora argumenta ainda que género e raça são conceitos ocidentais e mulheres indígenas foram definidas de acordo com esses conceitos, mesmo que a sua própria perceção fosse outra. Para Lugones, este sistema de género invisibilizou tanto a existência de um sistema não binário de género (com papéis que iam além da correspondência com o par macho/fêmea), como práticas sexuais fora da heterossexualidade, como sociedades de cariz matrilinear.

Assim, a dicotomia homem/mulher e a norma heterossexual subjacentes ao sistema patriarcal serviram também para subjugação de outros povos que não se regiam pelas mesmas normas. Algumas feministas africanas (Nkiru Nzegwu, Oyèrónké Oyewúmì, Ifi Amadiume, entre outras) têm questionado a legitimidade da utilização dos conceitos de "patriarcado" e de "mulher" em trabalhos sobre alguns grupos étnicos, antes e após a colonização, colocando em causa a universalidade desses conceitos. O Ocidente, segundo Oyewúmì, é um *outro* cultural, relativamente a África, pelo que as utilizações de conceitos provenientes da norma ocidental, e até as próprias línguas europeias impostas, deturpam as análises feitas. Para a autora, só se

Ñanduty
ISSN:2317-8590

encontra hierarquização dos géneros em determinadas culturas porque se faz a análise através de uma lente patriarcal ocidental, que leva a que essa estrutura seja identificada num contexto em que as normas de organização da sociedade são outras (1997: 20). Por outro lado, outras feministas africanas, de entre as quais destaco Patricia McFadden, denunciam "a opressão patriarcal feudal e colonial africana" (2018: 424), insistindo, apesar das exceções, na existência de um patriarcado feudal também no continente africano, e no feminismo (especificamente negro) como uma forma contemporânea de luta contra a opressão das mulheres, sobretudo no contexto africano.

Ora, além das diferentes agendas que já se faziam sentir no ocidente, a crítica feminista pós-colonial vem evidenciar que a opressão de género foi também profundamente marcada pelo colonialismo e pelas relações raciais que se construíram a partir do confronto colonial. Esta análise tem, por um lado, a vantagem de evidenciar outras possibilidades de ser-se, ou não ser-se, homem e mulher, outras formas de viver a sexualidade para além da norma heterossexual, demonstrando como essas experiências diferentes influenciam a ordem social e cultural; por outro lado, constitui mais um argumento que demonstra como a não conformidade com os modelos sociais vigentes na Europa no momento do expansionismo foi usada como uma justificação mais para a subjugação dos povos nativos.

Mas apesar dos exemplos trazidos em várias reflexões académicas, que parecem mais ser uma exceção à regra, a opressão de género parece ter-se infiltrado profundamente, como parte integrante do que Teresa Cunha chamou "*troika* da opressão colonialismo-capitalismo-patriarcado" (2015:164), denunciando a dicotomia hegemónica trabalho produtivo /trabalho reprodutivo, a ela associada, que transforma o trabalho das mulheres em subsidiário. O modelo patriarcal da família nuclear tradicional tem apoiado o sistema hegemónico, com papéis de género claramente definidos, deixando a mulher relegada à esfera doméstica, à procriação, aos cuidados, por vezes sem um salário próprio[6]. A imposição do sistema patriarcal atuou, portanto, de ambos os lados da linha abissal (na senda de Boaventura de Sousa Santos), tendo operado no espaço europeu e nos espaços colonizados,

[6] A própria legislação foi durante muito tempo alicerce desse sistema, controlando as mulheres, impedindo-as de votar, de ter propriedade, etc.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

oprimindo mulheres e criminalizando quem não se encaixava na configuração ocidental da norma heterocissexual[7]. Na verdade, muita da legislação que ainda hoje criminaliza a homossexualidade é herança deixada pelas potências colonizadoras. Também em contexto europeu, as experiências sexuais e de género alheias à construção eurocêntrica do modelo da família nuclear heterossexual, entendida como uma configuração histórica e culturalmente específica da normatividade genérica e sexual, estão documentadas (FEDERICI 2004; FOUCAULT 1994a, 1994b; LUGONES 2008, 2014).

Nesse sentido, em contexto europeu, é fundamental o estudo da sexualidade que Foucault faz na *História da sexualidade* [*Histoire de la sexualité*] (1994a, 1994b), analisando as mudanças de paradigma e o disciplinamento dos corpos, fundamentais para entender o paradigma da família nuclear heteronormativa[8]. Já Silvia Federici explica bem as ligações entre capitalismo, colonização e a subalternização da mulher, no seu livro *Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación primitiva* [*Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation*] (2010), denunciando o modo como o sistema capitalista beneficiava da subordinação das mulheres. A autora demonstra como a caça às bruxas (que efetivamente eram sobretudo mulheres, mas não só) esteve intimamente ligada por um lado com a irradicação que a Igreja pretendia levar a cabo da conceção animista da natureza que se tinha na idade média e, por outro lado, com a necessidade de erradicar certas práticas que comprometiam a instituição capitalista do trabalho (2010: 195-196). Por outro lado, a autora refere como nos finais da Idade Média se deu também uma institucionalização da prostituição, que era vista como uma forma de controlar o proletariado por um lado, e de reduzir a homossexualidade, por outro, que era muito comum em algumas cidades europeias e começa por essa altura também a ser perseguida (2010: 80-81).

E entrando um pouco mais na perseguição da homossexualidade, será interessante aqui lembrar a investigação de Luiz Mott, cujo trabalho sobre o período colonial brasileiro demonstra a existência de práticas homossexuais (e papéis de género para além do sistema

[7] Pessoa cis é aquela que se identifica com o género que lhe foi atribuído à nascença. A partícula cis, em heterocissexual reforça a ideia do binarismo sexual macho vs. fêmea que caracteriza a heteronormatividade.
[8] Michel Foucault não chega efetivamente a entrar nas discussões feministas sobre a opressão de género e o papel da sexualidade, mas parece muitas vezes estar a par delas.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

binário homem vs. mulher) entre os habitantes nativos e de termos específicos para referir a essas pessoas nas línguas locais. O autor recorre também aos processos inquisitoriais que condenaram severamente por sodomia brancos, negros e índios (MOTT: 1992). Efetivamente, se o sistema patriarcal é uma norma instituída, como indicava Rita Segato, essa instituição é um processo contínuo, demorado, e que se vai fazendo à custa de muitas perdas, ao longo dos tempos. Mas é esse processo que vai garantindo também a autorreprodução constante de um sistema heterocispatriarcal.

Ora, se os feminismos ocidentais excluíam, voluntária ou involuntariamente, as mulheres racializadas, insistindo em lutas e estratégias que em alguns casos pouco interessavam noutras latitudes, várias correntes críticas, apelidando-se feministas ou não, tem trazido para o centro da atenção a denúncia de uma agenda feminista e de uma problematização que diz respeito sobretudo às sociedades do hemisfério norte, e recentrando a discussão também na opressão racial, apresentando estratégias que dizem respeito mais diretamente às mulheres do Sul, ou dos suis, sempre com o intuito de encontrar estratégias diversificadas de sobrevivência e superação das lógicas opressoras.

2. ENXERTOS: DOS SUJEITOS DOS FEMINISMOS ÀS SUBJETIVIDADES QUEER

Como ficou bem patente em algumas das críticas feministas aqui referidas, mas também nas análises apresentadas sobre as perseguições levadas a cabo com o intuito de manter a ordem (hétero)sexual dominante, interessa agora olhar para esta proliferação e subjetivação dos sujeitos dos feminismos colocando a tónica na sexualidade na sua interação com as normas de género, nas práticas sexuais, e no carácter social da heterossexualidade. Gayle Rubin, Adrienne Rich e Monique Wittig criticarão também ativamente a análise feminista baseada na diferenciação sexual, questionando desse modo a categoria "mulher", em mais um importante contributo para o processo de podas e enxertos. As suas propostas de análise alargam as críticas a essa unidade do sujeito "mulheres" de uma corrente feminista que se tornava obsoleta e necessitava ser podada, criticada, para poder continuar a ramificar com mais vigor. A par da crítica das feministas negras que exigem espaço para outras

Ñanduty
ISSN:2317-8590

reivindicações para além das percebidas pelas mulheres burguesas brancas, a crítica com base no carácter heteronormativo da sociedade traz importantes perspetivas para pensar na opressão sexual e de género. Estas importantes vozes de mulheres lésbicas contribuíram enormemente para a análise da heterossexualidade como um regime político, ao mesmo tempo que propunham estratégias de superação do sistema opressor e faziam importantes contributos para a construção de feminismos menos categóricos, abrindo novos caminhos de análise.

No seu importante ensaio "The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex" (1996), publicado originalmente em 1975, a antropóloga Gayle Rubin justifica a sua resistência ao conceito de patriarcado e propõe-se analisar a opressão e subordinação social das mulheres à luz do que ela ali denomina "sistema sexo/género" e que seria a multitude de disposições através das quais a sexualidade biológica e a procriação são moldadas socialmente, transformadas em produtos, devendo seguir certas convenções. Partindo de leituras atentas e críticas de Freud e de Lévi-Strauss, a autora examina o peso da sexualidade, do casamento e dos modos de criar parentesco na opressão sexual, advogando por uma revolução a nível do parentesco como forma de ultrapassá-la e atingir uma sociedade sem géneros.

Também Adrienne Rich (1980), no seu ensaio "Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence", refletiu sobre o modo como o sistema de sexo/género tem estado profundamente ligado à heterossexualidade compulsória, identificando-a como uma instituição política e social de opressão das mulheres, mais do que como uma forma de desejo ou orientação sexual. A autora identifica "a imposição da heterossexualidade às mulheres como meio de garantir o direito masculino de aceder física, económica e emocionalmente a elas" (1980: 647). Nesse sentido, a heterossexualidade compulsória, para além de transformar a experiência lésbica em invisível ou até mesmo em algo de abominável, é também o expoente máximo do domínio masculino e um mecanismo de produção de papéis de género e parentesco que garante a subjugação das mulheres.

Monique Wittig, no seu ensaio "La categoria de sexo" (2006), publicado pela primeira

Ñanduty
ISSN:2317-8590

vez em 1982, olha também para a heteronormatividade como um sistema opressor, e defende a recusa da categoria sexo como forma de ultrapassar a opressão social, na medida em que "la ideologia de la diferencia sexual opera en nuestra cultura como una censura" (2006: 22) que faz com que a oposição entre homens e mulheres seja entendida como um produto da natureza e não como o processo social que realmente é. Para Wittig, "es la opresión la que crea el sexo" (2006: 22) e não a diferença sexual a que cria a opressão, num eventual plano natural alheio à sociedade. A categoria "sexo" seria então uma categoria política que alicerça o caracter heterossexual da sociedade, através da qual opera também uma "economia heterossexual":

> La categoría de sexo es el producto de la sociedad heterosexual que impone a las mujeres la obligación absoluta de reproducir "la especie", es decir, reproducir la sociedad heterosexual. […]La reproducción consiste esencialmente en este trabajo, esta producción realizada por las mujeres, que permite a los hombres apropiarse de todo el trabajo de las mujeres. Hay que incluir aquí la apropiación del trabajo que está asociado "por naturaleza" a la reproducción: criar a los hijos, las tareas domésticas. (2006: 26)

A proposta de Wittig é então que as políticas e reflexões feministas possam chegar a fazer frente ao caráter totalitário da categorização sexual binária que organiza a ordem heteronormativa da sociedade. Como refere Pablo Pérez Navarro, "a diferença sexual, em sua opinião, deve ser considerada apenas como uma condição de possibilidade da heteronormatividade e da subjugação de mulheres" (2017: 328). Para a autora, esse caráter totalitário da categoria sexo, que define e subjuga maioritariamente as mulheres, é tão pervasivo que controla o próprio pensamento, daí que as políticas feministas devam destrui-la, pensar além dela, destruir os sexos como realidade sociológica, para que os seres a que se dá o nome de mulheres e todos os que escapam à norma heterosexualizante comecem efetivamente a existir. Mas a proposta que Wittig faz neste ensaio é herdeira dos anteriores "El pensamiento heterossexual" e "No se nace mujer"[9], Neste último, a autora critica veementemente e rejeita a categoria de "mulher" bem como o facto de muitas feministas e feministas lésbicas continuarem a defender uma base biológica na opressão de género, que

[9] Parte integrante da coletânea de ensaios que cito, foram publicados em 1980 e 1981 respetivamente. "No se nace mujer" é naturalmente a afirmação da influência do repto de Beauvoir, já mencionado neste artigo.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

seria também a base da naturalização da heterossexualidade, que inviabiliza a possibilidade de pôr fim a essa opressão.

Efetivamente, o sistema de sexo/género está intimamente ligado ao que Judith Butler (no seguimento de Rubin, Rich e Wittig) denominou de "matriz heterossexual" na sua influente obra *Gender Trouble. Feminism and the subversion of identity* (1990), pois trata-se de um conjunto de normas que não só cria esse sujeito "mulher", como ao fazê-lo exclui as configurações corporais, subjetivas, e do desejo para além da norma binária e (oposicional) heterossexual. Para a autora tanto o sexo como o género, dentro da "matriz heterossexual", são uma construção e estão marcados por uma perfomatividade rígida, aprendida e posta em prática devido a regras sociais que são impostas como dogmas biológicos. Para a autora, a prática de *drag* seria então uma oportunidade de desestabilizar a prática da performatividade de género, demonstrado a seu caracter teatral e performático.

As provocações das autoras acima referidas são fundamentais para evidenciar o papel da heteronormatividade na opressão de género, não só obviamente, das mulheres heterossexuais, como de todas a pessoas que vivenciam a sexualidade e o género fora dessa norma. As propostas de ir além das categorias de sexo ou género vão precisamente no sentido de conseguir minar um sistema que está ancorado nessas categorias e nos papéis sociais a elas associados.

Ora, como já foi sendo evidenciado no capítulo anterior, a diversidade sexo-genérica[10], foi desvalorizada e penalizada, não só nos espaços colonizados como também no espaço europeu, por colocar em causa esse sistema heterocissexual, familiar, em que assenta o capitalismo e o colonialismo. Nos espaços colonizados, ou que se pretendia colonizar, as dissidências sexo-genéricas foram usadas estrategicamente como forma de animalização, bestialização do *outro*. Por se tratar de pessoas cujas orientação sexual ou expressão de género não encaixam no binómio heterocissexual homem/mulher, as ligações com reivindicações de cariz feminista são bastante percetíveis. Pela sua posição subalternizada em relação à norma,

[10] Falo aqui de diversidade sexo-genérica para me referir às diferentes possibilidades de viver o género e a orientação sexual fora da norma heterossexual, referindo-me assim a pessoas gays, lésbicas, bissexuais, pansexuais, transsexuais, transgénero, travestis, intersexo, assexuais, ou simplesmente queer, ou até mesmo à escolha de não identificação em absoluto, no que à experiência da sexualidade diz respeito.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

estas pessoas encontram-se nas margens, metaforizando também um sul, que pode encontrar-se dentro do próprio Norte, se é esse o espaço que habitam[11]. Assim, tanto as lutas feministas como pela diversidade sexo-genérica tiveram e continuam a ter uma grande importância para a resistência contra partidos conservadores, estados, religiões e sociedades no mundo ocidental, ou a Norte. Do mesmo modo que têm tido extrema importância as mesmas lutas nas geografias mais a Sul.

No entanto, deve referir-se também que os direitos legais encontraram algum espaço nas democracias liberais, assimilando-se nas estruturas institucionais pré-existentes e diminuído no processo o potencial crítico da diversidade sexo-genérica, como se vê na ligação entre a demanda e a atribuição de direitos legais e a insistência em manter e ampliar a economia neoliberal (baseada também na família e no parentesco como instituição, e na força laboral) criando espaço para quem reivindicava os seus direitos sexuais e à intimidade (DUGGAN, 2002). Mas, ao mesmo tempo, as resistências a nível social têm-se mantido uma constante, a norma heteronormativa continua a vigorar e a reprodução, tão valorizada, é ainda alvo de muitas reservas e hostilidades institucionais (dentro das mesmas democracias liberais) quando se dá fora do contexto heterossexual (MOREIRA, 2018).

Apesar das políticas que visam uma certa domesticação da sexualidade que era antes vista como abjeta, tanto nos ativismos como nos estudos académicos sobre as dissidências sexo-genéricas se têm vindo a seguir ativamente uma linha de combate ao regime neoliberal de globalização hegemónica, e à instrumentalização da diversidade sexo-genérica, questionando as várias formas de exclusões e silenciamentos produzidos pela norma, bem como o caracter assimilacionista de algumas políticas. E essa crítica tem vindo precisamente das mobilizações ativistas e das teorias queer, que têm gerado tanto conhecimentos como

[11] O Sul e o Norte são usados neste texto por vezes como referência geográfica, mas sobretudo são conceitos usados metaforicamente, na senda de Boaventura de Sousa Santos, para quem "El Sur global no es entonces un concepto geográfico, aun cuando la gran mayoría de estas poblaciones viven en países del hemisferio Sur. Es más bien una metáfora del sufrimiento humano causado por el capitalismo y el colonialismo a nivel global y de la resistencia para superarlo o minimizarlo" (2011: 35). Ainda que o sistema de género não tenha sido inicialmente associado a estes sistemas opressores, as correlações entre o capitalismo, o colonialismo e o sistema de género (ou o patriarcado) estão bem patentes no presente artigo, bem como noutros trabalhos (veja-se LUGONES, 2008 e 2014; CUNHA, 2015).

Ñanduty
ISSN:2317-8590

ativismos transversais que se focam nas diferentes formas de opressão e controlo. Para tal tem-se servido de posicionamentos dos feminismos, de posicionamentos pós-coloniais e decoloniais, mas também do questionamento das categorias identitárias, alertando para a necessidade de questionar os mecanismos de categorização na medida em que estão ao serviço da manutenção do sistema sexo/género responsável pela opressão social com base nos géneros e na sexualidade.

Não existe uma teoria queer propriamente dita, mas sim um campo heterogéneo de trabalhos a que hoje se dá esse nome. Se foi Teresa de Lauretis quem primeiro se referiu ao conceito[12] em 1991, definindo-a como uma teoria que poderia expandir os estudos feministas e gays e lésbicos, com um marcado potencial de ultrapassar as categorias identitárias de orientação sexual ou o binarismo de género (feminino /masculino), há um continuum de trabalhos antecedente que comportam também esse campo de estudos. De qualquer modo, estes factos marcam os inícios da teoria queer nos meios intelectuais e universitários, pois o termo[13] era usado há muito tempo, na língua inglesa, como insulto para pessoas não conformes com as normas de género e sexualidade e começou a ser apropriado e usado de modo positivo pelos movimentos sociais. Para Paco Vidarte (2005), filósofo e ativista queer, a chegada do conceito à universidade é de certo modo paradoxal, devido às lógicas impostas pela estrutura académica e pelos meios e modos de produzir conhecimento adaptados a algo indomesticável como é, a seu ver, o queer.

O queer é necessariamente plural e heterogéneo, confronta as teorias feministas com uma fragmentação e proliferação de sujeitos que vai além da fragmentação provocada pelas distintas ideologias feministas. O queer traz a irreverência, as fronteiras, o abjeto, as promiscuidades dos sujeitos das lutas coletivas, as coligações, para a discussão. O uso do queer, tanto pelo ativismo como pela academia nasce nos E.U.A., é certo, e é por isso alheio a outros contextos e a outras línguas. Mas o conceito nasceu da necessidade de nomear esse abjeto, desestabilizando a norma cimentada na sua exclusão, posicionando-se por isso para

[12] De Lauretis usou o conceito "queer theory" pela primeira vez em 1991 numa conferência que teve lugar na Universidade da Califórnia e depois num número especial da revista *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies* que editou com base nas comunicações apresentadas no congresso em que tinha usado a expressão.
[13] O termo queer significa em português "estranho" ou "esquisito".

Ñanduty
ISSN:2317-8590

além da dicotomia heterossexualidade/ homossexualidade. Nasce já do cruzamento entre as teorias feministas e pós-coloniais numa comunhão com a mestiçagem, com os seres não brancos que são os que maioritariamente pululam nos ambientes de resistência ao status quo dominante. O queer é o intraduzível e o indefinível, tudo o que não cabe nos limites académicos, naturalizados, pretensamente universais do conhecimento e da linguagem:

> Que cada uno se interrogue y decida si lo queer es un conocimiento o una forma de vida, o las dos cosas a la vez, ya que yo no lo sé con certeza, y que reflexione y decida también hasta qué punto esta distinción entre conocimiento y estilo de vida, entre saber y ser, entre teoría y praxis, no es ya de entrada un error monumental o tal vez la condición misma de posibilidad de la teoría queer como saber enseñable en la universidad o en cualquier otra institución de enseñanza, lejos de lo que pueda querer decir queer, en un sentido práctico, como virtud en ejercicio. (VIDARTE, 2005: 80-81)

No excerto transcrito, Paco Vidarte, um dos principais responsáveis pela "aterrizagem" do queer no seu país (a Espanha) reflete como o queer é tanto uma forma de pensar (uma teoria) como uma forma de atuar (mobilizações sociais) ou de ser, ao mesmo tempo que alerta para os perigos da sua entrada na universidade, não por se opor a essa entrada, que considera necessária pelo seu potencial crítico, mas de maneira a evidenciar o caracter hegemónico e domesticador que essa instituição pode assumir. Teoria e mobilizações queer propõem-se precisamente resistir a um conjunto de hegemonias e imposições sociais. Ora, pela sua posição subalternizada em relação à norma, mas acima de tudo pelo desafio constante com que a encara, o queer encontra-se nas margens, metaforizando também um sul, dentro do próprio norte, demonstrando como as fronteiras entre Norte e Sul, como refere Larissa Pelúcio (2012), são bastante porosas e penetráveis. Gracia Trujillo, ao traçar o percurso da teoria e do ativismo queer demonstrando as infiltrações que receberam dos feminismos e dos posicionamentos pós-coloniais, evidencia também "las prácticas políticas que combinan la utilización estratégica de las identidades sexuales, con la crítica postidentitaria a unas categorías que consideran que excluyen otras diferencias" (2009: 169).

Os posicionamentos queer não pretendem, no entanto, recusar absolutamente as políticas identitárias, mas pretendem evidenciar os limites que essas categorias podem encerrar. Judith Butler, por exemplo, criticada pelos sectores mais conservadores do

Ñanduty
ISSN:2317-8590

feminismo devido não só, mas também, à já aqui mencionada conceptualização sobre a performatividade do género, defendeu precisamente que as políticas queer não propõem a aniquilação das categorias identitárias:

> continua a ser politicamente necessário reivindicar "mulheres", "queer", "gay" e "lésbica", justamente pela maneira como esses termos, por assim dizer, nos reivindicam antes de nosso pleno conhecimento. A reivindicação desses termos será necessária para refutar a utilização homofóbica dos termos nas leis, políticas públicas, na rua, na vida "privada". Mas a necessidade de mobilizar "o erro necessário" da identidade (termo de Spivak) sempre estará em tensão com a contestação democrática dos termos, que coloca em causa as suas implementações em regimes discursivos racistas e misóginos. Se as políticas "queer" se posicionarem independentemente dessas outras modalidades de poder, perderão sua força democratizante. A desconstrução política "queer" não deve paralisar o uso de tais termos, mas, idealmente, estender seu alcance, fazer-nos considerar a que custo e com que finalidade os termos são usados e por que relações de poder essas categorias foram forjadas. (1993: 20)

A autora defende, pois, a força já ganha pelas categorias identitárias "mulher", "gay", "lésbica", etc., mas alerta para a necessidade de questionar os seus usos para fins misóginos, homofóbicos ou racistas. Butler evidencia como a linguagem, o valor atribuído a cada termo, está marcada por relações de poder e mecanismos de subjugação inerentes à categorização (como "mulheres", "homossexuais", "raça", etc.). Esta análise da categorização é herdeira, aliás, da formulação de Joan Scott (1988) que define o género na justaposição de duas aceções: o género é tanto um elemento inerente às relações sociais baseado na diferenciação sexual, como um mecanismo de significação de relações de poder.

Ora, o termo queer, se por um lado tem tido bastantes críticas devido à sua proveniência de um contexto anglo-saxónico, que não representa todas as realidades, permite, por outro lado, agrupar num só conceito um vasto leque de possibilidades (gay, lésbica, trans, bisexual etc., etc.), além de não se focar em categorias rígidas, ou essencialistas. Em contextos sobretudo hispanoparlantes, mas também no Brasil, tem-se falado também do *cuir*, com escrita e pronuncia latinizadas, como forma de demarcação do termo original. É já a apropriação de uma apropriação. Leandro Colling (2015) refere também a expressão "dissidências sexo-genéricas", que tem sido usada neste artigo, como uma expressão pós-identitária que, ao mesmo tempo, evita o conceito externo de queer, que nasce na

Ñanduty
ISSN:2317-8590

realidade americana e se estende primeiramente por geografias anglo-saxónicas.

Mas se o queer coloca um problema de traduzibilidade para outras línguas, por outro lado traz novos vocabulários que "precisam estar suficientemente imersos nos campos discursivos que os precedem para poderem assim transformá-los", permitindo renovar questionamentos e proporcionar novas respostas (PÉREZ NAVARRO 2018: 13). Num texto em que destaca o papel fundamental da já anteriormente mencionada provocação de Beauvoir e da proposta de Butler sobre a performatividade do género, Pablo Pérez Navarro defende que:

> Nem Butler nem Beauvoir inauguram, no sentido pleno, um novo jogo de linguagem. Em vez disso, forçaram os limites discursivos das escolas filosóficas que mais diretamente se relacionavam com cada uma delas e, ao mesmo tempo, os da teoria feminista de suas predecessoras. Assim, mais do que a diferença entre vocabulários "novos" e "velhos", trata-se do exercício da escrita nas margens, da contaminação dos discursos, de um atrito na superfície do contato entre diferentes tradições do pensamento. (2018: 13-14)

É sabido que a linguagem está inserida num sistema de regras e convenções que são reforçadas pela ocorrência com que se usam certos termos, sintaxes, enfim, toda a linguagem, assim como há também uma forte ligação entre a linguagem e as teorias ou escolas de pensamento que vão fazendo recurso de certos termos e não de outros, ressignificando muitos deles e introduzindo novos conceitos. As estratégias discursivas das escolas de pensamento, do meio político, dos média, etc. reforçam linguagens e formas de pensamento ao mesmo tempo que criam entre si tensões que não deixam também de influenciar a sociedade. Assim, a repetição, a vulgarização de certos conceitos ou estratégias discursivas tem um papel fundamental não só para o valor e significado da linguagem que conhecemos, como para estas tentativas de forçar o discurso e renová-lo, criando, lentamente, novos conceitos e significados que possam gradualmente trazer novas possibilidades também à sociedade. O questionamento de categorias como "mulher", "homossexual", ou outras, levaria justamente à possibilidade de se pensar, ainda que utopicamente, para já, numa sociedade mais justa, sem o peso de categorias. Mas ainda assim se coloca a questão de se alguma forma de sexualidade continuaria a ser vista ou não como abjeta, como fora da norma, já que as práticas sexuais vão

Ñanduty
ISSN:2317-8590

muito mais além do binómio heterossexual/homossexual.

É nesse sentido que o teórico queer Paul B. Preciado, no seu livro *Manifesto contrassexual* [*Manifeste contra-sexuel*] (2014), publicado na França em 2000, se propõe analisar a "contrassexualidade" (em vez da sexualidade) a partir do dildo, em lugar da tradicional análise a partir das categorias tradicionais de sexo e género, que estão na base das categorias homossexualidade e heterossexualidade. No contrato contrassexual os corpos "reconhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como a todas as posições de enunciação, enquanto sujeitos, que a história determinou como masculinas, femininas ou perversas" (2014: 21). Género, sexo e sexualidade são, na contrassexualidade, tecnologias sociopolíticas complexas e as práticas contrassexuais (como o uso do dildo) revestem-se de um carácter de resistência e contradisciplina sexual, pelo que a centralidade do dildo na análise de Preciado serve politicamente (e sexualmente!) para chamar a atenção para o carácter tecnológico do sexo. O contrato contrassexual, ou a "sociedade contrassexual" rejeita, portanto, a centralidade do coito nas práticas sexuais, pois essa centralidade é um forte dispositivo de controlo do sistema sexo/gênero.

O desafio de Preciado é sem dúvida devedor (e o autor reconhece-o a cada momento) das discussões e interferências entre os feminismos e os estudos queer trazidas a este texto. É também um modelo de crítica queer desestabilizadora e revigorante do ponto de vista da análise e da linguagem que ainda que primeiro se estranhe, depois se entranha (obrigada, Pessoa). É uma ampliação teórica e prática vital que questiona, deslegitima e ridiculariza uma prática sexual tão hegemónica quanto o sistema que a sustem. Mas esse sistema já era questionado quando Gayle Rubin propôs a abordagem do "sistema sexo/género", e é-o cada vez mais com a proliferação de críticas e abordagens queer que tem desestabilizado cada vez mais, não só em páginas escritas, mas sobretudo em ações e experiências, os sistemas sociais dominantes.

3. PRAXIS: PARA UMA POLÍTICA INSURGENTE DE ALIANÇAS

As várias cisões, bifurcações e enxertias que se vão dando nos feminismos, e que foram também conduzindo à crítica queer, acontecem essencialmente devido às várias formas de

Ñanduty
ISSN:2317-8590

resistência a um modelo único de reivindicação e de agenda feminista ditado por movimentos reivindicativos que desde um lugar mais privilegiado, e a Norte (ainda que metaforicamente), pretendiam impor de modo universal (ao mesmo tempo que muito seletivo) as suas estratégias para alcançar a igualdade. Essas feministas brancas e de classe media-alta fá-lo-ão por conveniência, muitas vezes, por estratégia de credibilidade, mas também por incapacidade de ver as necessidades que existem além dos seus próprios horizontes.

Voltando deliberadamente atrás, recordo aqui as lutas pelo direito ao voto nos Estados Unidos. No seu livro *The Myth of Seneca Falls: Memory and the Women's Suffrage Movement, 1848–1898* (2014), Lisa Tetrault analisa de forma crítica a construção da memória das lutas sufragistas denunciando silenciamentos deliberados de modo a atribuir o protagonismo apenas a mulheres brancas. Esta denuncia vem no seguimento do que várias teóricas negras já vinham fazendo, como é o caso de bell hooks (2019) ou Angela Davis (2016). Segundo Tetrault, as importantes defensoras dos direitos das mulheres Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony, mulheres brancas e cultas, estiveram também durante bastante tempo envolvidas nos movimentos abolicionistas, mas quando as alterações legais seguiram um caminho que permitiria (e permitiu) que homens negros votassem,[14] usaram argumentos extremamente classistas e racistas. Efetivamente, desde a criação da American Equal Rights Association (AERA), formada em 1866, após a Guerra Civil, deram-se acesas discussões sobre se deveria haver prioridades de luta ou não, apesar de a ideia fundacional da associação ser a de lutar por direitos civis para todas as pessoas, independentemente de raça ou género. Tetrault refere também que quando já nos anos 1880s Stanton e Anthony escrevem a *History of Woman Suffrage*, dão muito pouco espaço às mulheres negras, chegando a omitir as que insistiam na intersecção das lutas. Este é o caso da abolicionista, sufragista e poeta Francês Ellen Watkins Harper, que numa das reuniões da AERA em 1866 defendeu que os direitos dos negros e os direitos das mulheres deviam estar interligados[15]. Quem teve direito a ser

[14] Em vez de se avançar no sentido do sufrágio universal, que permitiria que as mulheres também o fizessem.
[15] Para além de não ser mencionada na *History of Woman Suffrage*, as suas opiniões tinham já sido omitidas das atas da reunião da AERA, em 1866. Cabe ainda mencionar que Harper defendia já uma estratégia interseccional, mais de um século antes de que Kimberlé Crenshaw propusesse a interseccionalidade como teoria e enquadramento de análise (CRENSHAW, 1989) (cf. Nota 4 deste texto).

Ñanduty
ISSN:2317-8590

mencionada nessas páginas foi Sojourner Truth[16] que, tal com Harper, foi uma das mais proeminentes mulheres negras a defender os direitos das mulheres e das pessoas negras, mas a forma como é descrita é exotizante das suas características e o seu importante discurso, recolhido na obra, é manipulado no sentido de mostrar que a autora colocaria a questão de género à frente da questão racial. Igualmente omitidas ou referidas apenas por alto foram outras feministas brancas que divergiam das estratégias de luta das autoras da obra.

Para além deste exemplo mostrar o classismo e racismo que foi pontuando as lutas pelo direito de voto, ele mostra também as fraturas, tensões e as frágeis alianças que se podem evidenciar dentro das lutas politizadas. Na realidade tanto as mulheres brancas classistas que tentavam defender um voto com base na formação, como as mulheres negras que insistiam na intersecção das lutas foram suplantadas por uma lei que estendeu o direito de voto apenas aos homens negros, e só mais tarde se daria a universalização desse direito. Mas mostra também como algumas mulheres brancas silenciaram deliberadamente a voz e o papel de feministas negras simplesmente porque não entendiam (e logo não aceitavam) a sua posição política de defesa de uma aliança que sobretudo para as mulheres brancas seria entre grupos diferentes, como a defendida por Harper. E se, como dizia Rita Segato, o sistema patriarcal é uma norma instituída e um projeto de autorreprodução, também a branquitude o é, e Stanton e Anthony sujeitaram e silenciaram deliberadamente as mulheres negras, ao tentarem escrever a história do sufrágio sem reconhecer o papel fundamental destas. No entanto, será nessas políticas de alianças e de interseccionalidades, na senda de Harper, que reside o maior potencial reivindicativo, sempre que seja possível gerar um entendimento que as facilite. Talvez mais do que na segunda metade do século XIX, o mundo atual, que vive muito mais conectado, permite maiores possibilidades de pactos insurgentes que desafiam o *status quo*, enquanto dele tiram também proveito.

Vivemos atualmente um momento de globalização que se caracteriza por uma organização hierárquica da economia e da política neoliberal, baseada em inter-relações entre

[16] O importante discurso que proferiu em 1851 na Convenção de Mulheres (Women's Convention), no Ohio, foi fixado posteriormente de diferentes formas, por diferentes fontes. A interpelação que supostamente repetiu várias vezes - Ain't I A Woman? (Eu não sou uma mulher)- foi recuperada por bell hooks, no título do seu importante ensaio *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*, de 1981, já mencionado anteriormente neste texto.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

o global e o local que acaba por ser essencialmente uma estratégia ocidental, ou do Norte, para controlar o poder económico e político, as matérias-primas e a distribuição de riqueza, aumentando cada vez mais a soberania e as riquezas de quem já detém mais poder. Boaventura de Sousa Santos alerta para o "aumento dramático da desigualdade entre países ricos e pobres e entre pessoas ricas e pobres em cada país, desastres ambientais, conflitos étnicos, migração internacional em massa, (…) a proliferação de guerras civis, a limpeza étnica, o crime organizado globalmente (…), o terrorismo e o militarismo etc." (2006: 393). Mas num mundo globalizado de constantes interações transnacionais, é possível também encontrar tanto movimentos de base quanto indivíduos adotando práticas que podem ser lidas à luz da abordagem de Santos sobre cosmopolitismo insurgente, definido como:

> resistência organizada transnacionalmente contra as trocas desiguais produzidas ou intensificadas por localismos globalizados e globalismos localizados. Essa resistência é organizada através de vínculos locais/ globais entre organizações e movimentos sociais, representando aquelas classes e grupos sociais vítimas da globalização hegemónica e unidos em lutas concretas contra a exclusão, a inclusão subordinada, a destruição de meios de subsistência e destruição ecológica, opressão política ou supressão cultural, etc. Esses vínculos tiram proveito das possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial em transição, incluindo aquelas resultantes da revolução das tecnologias da informação e das comunicações e da redução dos custos de viagem (2006: 397).

Do cosmopolitismo insurgente proliferam uma multitude de possibilidades de resistência, reivindicação e ação afirmativa que emanam das trocas de conhecimento entre diferentes grupos, de diferentes pontos do globo, que partilham fórmulas cada vez mais emancipatórias, fazendo eco, mesmo sem o saberem, da aliança proposta por Frances Harper, e de uma multitude de outras alianças possíveis. De facto, quanto mais inesperada for a aliança estabelecida, maior será o seu poder emancipatório e insurgente. Muitas destas alianças são, afinal, modos globalizados de questionar um sistema heterocisnormativo branco e classista numa sociedade capitalista e neoliberal. Beneficiando-se de algumas características da globalização hegemónica, o cosmopolitismo insurgente permite a criação de "redes transnacionais e igualitárias Norte-Sul e Sul-Sul de solidariedade entre movimentos sociais e ONGs progressistas; redes mundiais de movimentos e associações de desenvolvimento

Ñanduty
ISSN:2317-8590

feminista, indígena, ecológico ou alternativo" (SANTOS, 2006: 397).

Embora o sociólogo se tenha debruçado pouco sobre as mobilizações feministas e menos sobre as ações queer, estes têm sido movimentos em constante contacto internacional, verificando-se mobilizações que iniciam em países diferentes, bebendo constantemente entre si, percorrendo oceanos muitas vezes em percursos inversos à lógica colonial dominante em que o Norte, ou o Ocidente, exporta os seus modelos para o Sul[17]. Ao trazer para o centro autorias e modelos de crítica ativista baseadas em posições não hegemónicas, o queer tem beneficiado de retroalimentações que ajustam e ampliam outras formas de conhecimento e modos de ser e estar para lá da hegemonia branca, heterossexual, de classe média e alta, fisicamente capaz, etc. As teorias e as mobilizações queer são um apelo revolucionário e insurgente de desafio às normas dominantes das sociedades capitalistas e nortecentradas, ainda mais quando, fora dos feminismos ou das teorias queer, pouca centralidade se tem dado à crítica do *status quo* ocidental tendo por base as normas e políticas sexuais e de género.

Para terminar, passo a apresentar um exemplo desse tipo de alianças inesperadas e disruptivas, produto do cosmopolitismo insurgente entre movimentos queer e movimentos anti-racismo e pelos direitos de pessoas refugiadas e migrantes. Trata-se do comunicado a que se deu o título "no en nuestro nombre" (não em nosso nome) publicado no blog orgulloscriticos.wordpress.com e noutros periódicos *online*[18]. No verão de 2017 um grupo de cerca de 60 refugiados do Sahara Ocidental encontrava-se no aeroporto de Madrid, na Espanha, em situação de extrema vulnerabilidade, à espera de que se tramitassem os seus pedidos de asilo político. Neste contexto, houve uma cena que terminou com a expulsão imediata de dois dos refugiados. De acordo com um comunicado assinado por várias organizações estatais, policiais e grupos LGBT, alguns dos jovens do Sahara Ocidental se teriam referido ao tradutor da polícia, que chegava para facilitar a comunicação com eles, usando a palavra "bicha" (ou "maricas") em árabe e "entre risos irónicos", sem saber que se tratava do seu próprio tradutor, ou sem pensarem que ele entenderia o que eles estavam a

[17] Veja-se como por exemplo tanto a academia como os ativismos brasileiros têm trabalhado muito mais com esta categoria e como os trânsitos insurgentes que se verificam entre Brasil e Portugal tem trazido para este último país experiências e reflexões a partir do *queer* ou do *cuir* brasileiros.
[18] https://orgulloscriticos.wordpress.com/2017/09/04/no-en-nuestro-nombre/

Ñanduty
ISSN:2317-8590

dizer. Ora, se alguns grupos LGBT[19] se posicionaram a favor da expulsão, por motivo da homofobia do insulto proferido, o comunicado *No en nuestro nombre*, que junta pessoas e coletivos ativistas queer, antirracismo, e contra a xenofobia e a islamofobia, bem como outras pessoas e entidades, manifesta publicamente o repúdio pela expulsão dos rapazes que teriam proferido os insultos. Do comunicado, cujo texto e assinaturas estão disponíveis na página web indicada, destaco os seguintes excertos:

> Las bolleras, maricas, bisexuales, trans y aliadas abajo firmantes queremos manifestar nuestra más firme repulsa a esta decisión. Creemos que ningún insulto homofóbico, en el caso de haberse producido, en árabe o en castellano, puede servir para justificar una decisión tan grave como la expulsión […].
>
> Nos indigna el auge del homonacionalismoislamofóbico que se refleja en este incidente. Si el objetivo fuera el de expulsar a la homofobia del territorio nacional se nos ocurren ejemplos mucho más graves por los que empezar. Nos negamos a que, en nuestro nombre, se justifiquen más vulneraciones de los derechos de quienes sufren la violencia racista institucional y cotidiana, sean o no población migrante.

Temos assim, pessoas do espectro da diversidade sexo-genérica, a quem o insulto se referia (maricón - ou bicha /paneleiro /veado em português), mas também aliadas e aliados, a posicionarem-se contra a expulsão dos rapazes e a exigirem a não instrumentalização dos seus corpos e das suas identidades para fins racistas e xenófobos. Estas e outras alianças são facilitadas por uma reinvenção do cosmopolitismo que coloca lado a lado sujeitos subalternizados, instrumentalizados para se verem como opostos. As possibilidades de diálogo e entendimento que daí emergem, possibilitarão, sem dúvida, o desenvolvimento de espaços de diversidade mais ricos, horizontais e emancipatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema social opressivo baseado na diferença sexual não pode deixar de ser questionado sem ter em conta as várias perspetivas aqui abordadas, na senda da perspetiva interseccional proposta por Kimberlé Crenshaw, e sem que nenhuma delas seja vista como subsidiária. É fundamental ter em conta o sistema colonial moderno, que apagou perceções anteriores do género e da sexualidade nos espaços colonizados. Essa análise serve para

[19] Para uma melhor distinção entre ativismo lgbt e ativismo queer (e das possíveis contaminações entre eles) ver: COLLING, 2015.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

compreender não só as repressões levadas a cabo nos espaços colonizados, como as repressões levadas a cabo no espaço europeu, como bem demonstrou Silvia Federici. Essa interseção permite compreender os sistemas racial e de género como pilares centrais da hegemonia ocidental e permite também entender que os discursos centrados nos direitos alcançados pelas pessoas da diversidade sexo-genérica no ocidente (ou na maior igualdade entre homens e mulheres) como justificação de uma suposta superioridade ocidental a nível de direitos humanos são bastante tendenciosos. É nesse sentido que a criação de alianças solidárias e de espaços de ação coletiva como o do exemplo referido na última parte deste texto é tão importante. Os diálogos, tensões e interferências, processos de podas e enxertos, entre grupos subalternizados é fundamental e só se dá quando há disponibilidade para a assembleia, para a fusão de lutas e de estratégias de ação. A propensão dos ativismos queer para gerar alianças tem sido uma forma de resistência organizada a nível transnacional, em que tem sido visível a troca de solidariedades Sul/Sul, não isenta de tensões, mas traduzindo-se em ações que apostam na subversão do sistema opressor.

BIBLIOGRAFIA

BEAUVOIR, Simone de. 2009[1949]. *O segundo sexo*. Lisboa, Quetzal Editores.
BUTLER, Judith. 1990. *Gender Trouble. Feminism and the subversion of identity*. Nova Iorque/Londres, Routledge.
_____. 1993. Critically Queer. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, Durham, 1(1):17-32.
COLLING, Leandro. 2015. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador, EDUFBA.
CRENSHAW, Kimberlé. 1989. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, (1): 139-167.
CUNHA, Teresa. 2015. *Women InPower Women: Outras economias criadas e lideradas por mulheres no Sul não-imperial*. Buenos Aires, CLACSO.
DAVIS, Angela. 2016 [1981]. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo, Boitempo Editorial.
DUGGAN, Lisa. 2002. "The New Homonormativity: The Sexual Politics of Neoliberalism". In: CASTRONOVO, Russ; NELSON, Dana D. (eds). *Materializing Democracy: Toward a Revitalized Cultural Politics*. Durham, Duke University Press: 175-194.
FEDERICI, Silvia. 2010 [2004]. *Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación primitiva*. Madrid, Traficantes de Sueños.
FOUCAULT, Michel. 1994[1976]. *História da Sexualidade – I: a vontade de saber*. Lisboa, Relógio D'Água.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

_____. 1994 [1984]. *História da Sexualidade – III: o cuidado de si*. Lisboa, Relógio D'Água.
HOOKS, Bell. 2019 [1981]. *E eu não sou uma mulher?* Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos.
LUGONES, María. 2008. The coloniality of gender. *Worlds & Knowledges Otherwise*, Durham: 1-17.
_____. 2014. "Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial". In: JIMÉNEZ-LUCENA, Isabel et al. (eds). *Género y descolonialidad*. Buenos Aires, Del Signo: 13-42.
MCFADDEN, Patricia. 2018. Contemporarity: Sufficiency in a Radical African Feminist Life. *Meridians: feminism, race, transnationalism*, Durham, 17(2):415-431.
MORAGA, Cherríe; ANZALDÚA, Gloria. 1983 [1981]. *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color*. Nova Iorque, Kitchen Table: Women of Color Press.
MOREIRA, Luciana. 2018. Queer Motherhood: Challenging Heteronormative Rules beyond the Assimilationist/Radical Binary. *Journal of International Women's Studies*, Estados Unidos, 19(2):14-28.
MOTT, Luiz. 1992. Relações Raciais entre Homossexuais no Brasil Colonial. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 35:169-190.
OYEWÚMÌ, Oyèrónké. 1997. *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*. Minneapolis/Londres, University of Minnesota Press.
PELÚCIO, Larissa. 2012. Subalterno quem, cara-pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, 2:395-418.
PÉREZ NAVARRO, Pablo. 2017. "On ne naît pas queer: From *The Second Sex* to Male Pregnancy". In: DURANTI, Andrea; TUVERI. Matteo. (org.). *Proceedings of the 18th Conference of the Simone de Beauvoir Society: Yesterday, Today and Tomorrow*. Newcastle, Cambridge Scholars Publishing: 327-338.
PÉREZ NAVARRO, Pablo. 2018. História feminista, genealogias queer. *Transversos: Revista de História*, São Paulo, 14:12-35.
PRECIADO, Paul (Beatriz). 2014[2000]. *Manifesto contrassexual*. São Paulo, n-1 edições.
QUIJANO, Aníbal. 1992. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, Lima, 13(29):11-20.
RICH, Adrienne. 1980. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. *Signs*, Chicago, 5(4):631-660.
RUBIN, Gayle. 1996. "The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex". In: SCOTT, Joan Wallach. (ed.). *Feminism and History*. Oxford/New York, Oxford University Press: 105-151.
SANTOS, Boaventura de Sousa. 2006. Globalizations. *Theory, Culture & Society*, Londres, 23(2-3):393-399.
_____. 2011. Epistemologías del Sur. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, Maracaibo, 54:17-39
SEGATO, Rita Laura. 2003. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal, Universidad Nacional de Quilmes.
SCOTT, Joan Wallach. 1988. *Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

TETRAULT, Lisa. 2014. *The Myth of Seneca Falls: Memory and the Women's Suffrage Movement, 1848–1898*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press.
TRUJILLO, Gracia. 2009. Del sujeto político la Mujer a la agencia de las (otras) mujeres: el impacto de la crítica queer en el feminismo del Estado español. *Política y Sociedad*, Madrid, 46(1e2):161-172.
VIDARTE, Paco (2005). "El banquete uniqueersitario: disquisiciones sobre el s(ab)erqueer". In: CÓRDOBA, David; SÁEZ, Javier; VIDARTE, Paco. (eds.). *Teoría Queer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas*. Barcelona/Madrid, Editorial Egales.
WITTIG, Monique. 2006. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona/ Madrid, Editorial Egales.